

## COLUNA DO CASTELLO ■ MARCELO PONTES

# Congresso deixa tonto o governo

A derrubada da TR agrícola foi mais uma prova de que o governo vive sob permanente risco no Congresso, apesar de ter o apoio formal ou dissimulado dos maiores partidos. Os mesmos ruralistas que ameaçaram detonar o Plano Real na época da virada da URV voltaram a agir em causa própria e abriram um rombo de R\$ 10 bilhões nas contas do governo.

Os interesses corporativistas são mais fortes do que os partidos, no Congresso. O presidente Fernando Henrique tentou mudar isso estimulando o fortalecimento dos partidos, mas até agora fracassou. Criou um solene Conselho

Político onde se sentavam os presidentes de partidos. O conselho se evaporou.

Não é com os presidentes de partidos que o governo tem que conversar para conseguir aprovar qualquer coisa no Congresso. Lá, mandam as corporações e os chefes políticos estaduais ou regionais. Os líderes de partidos são engolidos por essas organizações políticas informais.

No caso do calote da TR agrícola, é pouco atribuir a derrota do governo apenas a uma eventual incompetência, inoperância ou desarticulação dos líderes do governo no Congresso. É muito mais do que isso. É impotência, diante das corporações bem organizadas, como a dos ruralistas. Em alguns casos, não se duvide também da cumplicidade de alguns líderes com causas ou movimentos que não são do interesse do governo. Na hora decisiva de uma votação, eles entregam os pontos, têm medo de desgaste.

O governo tem grande parcela de culpa. Ainda não encontrou uma maneira de vencer as resistências do Congresso aos seus projetos.

Os intelectuais do PSDB estão pagando pela inexperience do exercício político do poder. É inacreditável que um governo instalado com tamanha força política não se imponha a um Congresso que em grande parte se elegeu amparada no sucesso do presidente e do seu plano de estabilização da economia.

A seqüência de derrotas sérias sofridas pelo governo vai prosseguir se essas relações não forem refeitas. Primeiro, foi a regulamentação dos juros de 12% ao ano, depois vieram o salário mínimo de R\$ 100, a divisão da reforma da Previdência em fatias e, agora, o calote dos financiamentos agrícolas.

Sem uma reengenharia política, o governo não vai a lugar nenhum. Os interlocutores tradicionais, ou institucionais, como primeiro escolheu o presidente, não deram resultado. Não adianta apenas ter o PFL coeso. A desestruturação do PMDB, o maior partido, ajudou a demolir essa fórmula convencional de entendimento político. Não há ninguém que fale em nome do conjunto de correntes do PMDB.

É de tão alto risco a situação do governo no Congresso que basta acompanhar a vida dos

seus líderes: andam perto da loucura. Eles não têm um coordenador, e têm pudor de reduzir o presidente a essa condição aparentemente insignificante.

Se alguém perguntar a um desses líderes qual é a maior dificuldade que enfrentam no dia-a-dia das mais embaralhadas negociações no Congresso, ouvirá o que os de fora nem sempre suspeitam: a barganha. Está latente no Congresso o espírito da troca de votos por favores do governo. Um dos líderes conta que é muito comum, quando pede a alguns deputados apoio às propostas do governo, ser assaltado por indagações do seguinte tipo: "E o meu? Cadê o meu?"

O governo dos intelectuais e da ética ainda não conseguiu enfrentar esse problema. Acossado pelo pavor de se sujar com o toma-lá-dá-cá de outras épocas, foi para o outro extremo: fechou todas as portas à negociação política tradicional em que o Congresso está viciado. Os tucanos, que sempre adotaram o muro como centro de gravidade da política, não estão conseguindo encontrar um meio-termo na administração dos interesses do Congresso.